

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A ordem dos fatores

Antes de convidar uma cara nova para integrar o primeiro escalão, neste segundo tempo do governo, Lula terá que convencer os nomes mais vistosos de que tem tudo para figurar como uma das principais apostas, no ano que vem. Sem isso, a tendência de receber um “não” será grande. E essa tarefa, de alavancar Lula, não é exclusiva do publicitário Sídônio Palmeira, seu novo ministro de Comunicação Social. Com inflação e juros altos, não tem vídeo que convença o eleitor e os partidos a seguirem com o governo rumo a mais um mandato.

## Um para frente...

A atitude do governo de querer baixar os preços de alguns alimentos importados pode ajudar a conter algum repique inflacionário, mas empresários avaliam que não resolverá o problema da indústria nacional. Em setembro, de 2024, vários insumos — como embalagens plásticas, por exemplo —, tiveram aumento de tarifa de importação em nome da indústria nacional de base. Esse aumento da taxaço, porém, acabou impactando no preço final de muitos produtos.

## ...dois para trás

À época, vários setores, em especial o de embalagens, foram ao governo alertar para o risco inflacionário que a medida representava. O resultado se vê agora e não houve alteração da política que elevou essas tarifas.

## “Questão resolvida”

Apesar de mais dois nomes, um do Novo e outro do PSol, disputarem o comando da Câmara dos Deputados, quem conhece a Casa não tem dúvidas de que esse jogo está jogado: “A eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) é uma questão resolvida. Os partidos se comprometeram e garantiram seus lugares. Essa candidatura do PSol, na minha visão, é apenas mídia”, disse o deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP).

## Reflexos da desaprovação de Lula

A pesquisa Quaest que detectou uma queda na popularidade presidencial terá como principal efeito um pé atrás dos partidos em relação ao governo. Se estava difícil convencer os dirigentes partidários a fecharem com uma candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva rumo a 2026, agora ficará difícil até encontrar nomes de ponta interessados em ocupar o primeiro escalão, conforme relatam aliados.



## Ali promete

O que vai pegar fogo no Congresso será a Comissão Mista de Orçamento. É hoje o centro nervoso das disputas partidárias no Parlamento.

## CURTIDAS

**Pisou em ovos/** Durante o almoço empresarial do grupo Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, com mais de 300 empresários, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (foto), defendeu os brasileiros deportados, mas não tirou a razão do governo norte-americano no que diz respeito à deportação: “Não queremos provocar o governo americano, mas essas ações têm que ser feitas com respeito aos direitos fundamentais das pessoas. Eles foram trabalhar, não são criminosos”, afirmou.



**Parceria MJ e SP/** Também durante o Lide, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, agradeceu a parceria com o Ministério da Justiça na implementação de câmeras com reconhecimento facial e de placas automatizadas. A cooperação foi essencial na captura de foragidos da Justiça e de carros roubados na capital paulista. Sinal de que é possível uma relação civilizada entre o prefeito e ministro. O contribuinte agradece.

**Sob nova direção/** O presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, ex-prefeito de Aracaju, e o secretário-geral da instituição, Gilberto Perre, convidaram o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), para assumir a presidência da FNP no biênio 2025-2027.

**E com todos os partidos/** A ideia é montar uma coalizão suprapartidária mais forte para debater questões essenciais para os municípios junto ao governo federal — especialmente os mais populosos —, como mobilidade urbana, precatórios, regulamentação das regras da reforma tributária e meio ambiente, com a aproximação da COP 30, em Belém.

Colaborou Luana Patriolino

## REPATRIAÇÃO

## Governo cobra ação mais humana

Brasil insistirá junto aos EUA para afrouxamento de regras nos voos de deportação, como retirada de algema em espaço aéreo nacional

» VICTOR CORREIA  
» FABIO GRECCHI  
» JULIA PORTELA

O governo insistirá no afrouxamento das regras norte-americanas de deportação, que preveem algemar os repatriados por questões que as autoridades de imigração dos Estados Unidos consideram de segurança. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da secretária de Comunidades Brasileiras no Exterior e Assuntos Consulares e Jurídicos, Márcia Loureiro, convocou, ontem, o encarregado de negócios da embaixada norte-americana, Gabriel Escobar, para cobrar explicações a respeito das denúncias de maus-tratos e dos problemas no voo que chegou a Belo Horizonte, sábado à noite, com 88 brasileiros repatriados.

De acordo com fontes do governo, Márcia reforçou a posição do MRE e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que classificaram como “inaceitável” o **tratamento dado ao grupo**. Segundo relatos dos deportados dados no desembarque, eles foram mal-alimentados, ameaçados e submetidos a humilhações pelos seguranças que os acompanhavam.

Além disso, a aeronave que os trazia apresentou problemas em duas oportunidades: na primeira, teve de pousar no Panamá, quando um mecânico de voo se juntou à tripulação; na segunda, foi obrigada a fazer uma escala em Manaus. Foi quando os repatriados se amotinaram e abriram uma das portas de emergência, em função do desligamento do ar-condicionado a bordo.

O grupo desceu por uma das asas ainda algemado. Nesse momento, os agentes federais subiram a bordo e determinaram a

## Verba suspensa

O governo também se reuniu, ontem, com representantes da Organização Internacional para as Migrações para discutir o impacto da suspensão das atividades realizadas pela entidade no âmbito da Operação Acolhida. Isso porque o governo norte-americano suspendeu, por 90 dias, o repasse de recursos à OIM. Para tentar mitigar o impacto da ausência das equipes da OIM na logística e na gestão de abrigos, serão adotadas ações emergenciais — que preveem a realocação de servidores das áreas de saúde e assistência social, da Polícia Federal e do Ministério da Defesa para manterem as atividades essenciais.

soltura dos deportados, pois estavam em solo brasileiro e nenhum deles respondia por algum crime segundo as leis nacionais. O trajeto entre Manaus e Belo Horizonte foi feito em um avião da Força Aérea Brasileira.

## Protesto

Desde que o acordo de repatriação de imigrantes ilegais foi assinado, em 2017, o governo protesta contra a colocação de algemas nos deportados — considera uma violação aos direitos humanos. A diplomacia

Antônio Lima/Secom/Governo do Amazonas



Brasileiros mandados de volta dos EUA chegaram algemados em Manaus. Governo quer mudar essa praxe

brasileira se empenha, há tempos, para que sejam liberados assim que a aeronave que os traz entre no espaço aéreo brasileiro.

As autoridades da imigração norte-americana argumentam, porém, que as algemas são uma proteção aos voos e uma garantia às tripulações dos aviões — quase sempre fretados junto a empresas especializadas em voos charter. Justificam, ainda, que mesmo que entrem na zona aérea de outra nação, até que os deportados sejam entregues às autoridades daquele país, a integridade do grupo

é de responsabilidade dos norte-americanos.

Por conta desse impasse, o Palácio do Planalto e o MRE buscam um tom para a cobrança às autoridades de imigração dos Estados Unidos. Daí porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chanceler Mauro Vieira reuniram-se, ontem. A ideia é modular o protesto de forma que fique clara a insatisfação brasileira e a defesa da integridade dos deportados, mas sem parecer provocativa ao recém-começado governo de Donald Trump — que deixou clara a intensificação da

política de deportação, sobretudo, de imigrantes ilegais vindos da América Latina.

A modulação do tom da cobrança a Washington ganhou ainda mais importância em função da reação do presidente Gustavo Petro, da Colômbia, que se recusou a receber os repatriados em aviões militares norte-americanos — devido, exatamente, ao tratamento dispensado aos brasileiros. Por conta disso, Washington retaliou sancionando comercialmente os colombianos, o que obrigou Bogotá a recuar e a amenizar o discurso.

## Declaração conjunta na Celac

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer amarrar o tom do protesto junto ao governo dos Estados Unidos nas próximas horas para chegar à reunião emergencial, quinta-feira, da Cúpula de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). O colegiado se reunirá exatamente para discutir justamente a crise das deportações. A ideia do governo brasileiro é apresentar uma proposta de declaração conjunta, que manifeste a insatisfação das nações com a postura norte-americana.

## Respeito

A diplomacia brasileira deixará claro que, apesar de os EUA terem soberania para definir suas políticas de imigração, devem respeitar os direitos humanos e as leis dos países dos deportados. Lula deverá participar do encontro por videoconferência e decidiu que não manifestará qualquer impressão pessoal — a reação brasileira virá pelos canais diplomáticos.

Na declaração conjunta, o Brasil defenderá o respeito aos preceitos internacionais dos direitos humanos nos voos de deportação. Há dúvidas, porém, sobre se haverá consenso entre os países uma vez que o presidente argentino, Javier Milei, e salvadoreño, Nayib Armando Bukele, tentam se alinhar seus governos ao de Donald Trump. (VC)